

INTERAÇÕES ESPACIAIS E PEQUENAS CIDADES: O CASO DE CAMBIRA/PR

Spatial interactions and the small cities: the case of Cambira/PR

Denis Cereja dos Santos

Mestre em Geografia (Univ. Estadual de Maringá – UEM), Brasil

denis.santos193@hotmail.com

Cleverson Aleksander Reolon

Doutor em Geografia. Professor Adjunto (Univ. Estadual de Maringá – UEM), Brasil

careolon@uem.br

Angela Maria Endlich

Doutora em Geografia. Professora Associada (Univ. Estadual de Maringá – UEM), Brasil

amendlich@uem.br

Recebido: 09.07.2022

Aceito: 04.10.2022

Resumo

Este artigo aborda as interações espaciais que abrangem as pequenas cidades no âmbito da rede urbana. Localizada no norte do Estado do Paraná, Cambira foi o foco principal no estudo. Foram problematizadas questões como a noção de pequenas cidades, as relações existentes entre uma pequena cidade e aquelas que possuem maiores níveis de centralidade no âmbito da rede urbana e as interações espaciais existentes entre si, analisando-se os deslocamentos pendulares realizados pela população. Além do levantamento dos itinerários dos ônibus que atendem à demanda pelo serviço de transporte público intermunicipal de Cambira, também foram analisados os dados de deslocamento para trabalho e/ou estudo levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos censos demográficos de 2000 e de 2010. Os resultados indicam que a situação geográfica freou a perda populacional, paralelamente ao aumento das interações espaciais com as cidades vizinhas.

Palavras-chave: Rede urbana; interações espaciais; pequenas cidades; deslocamento pendular; Cambira/PR.

Abstract

This article addresses the spatial intersections that encompass small cities within the urban network. Located in the north of the State of Paraná, Cambira was the main focus of the study. Issues such as the notion of small cities, the relations between the small cities and those with higher levels of centrality within the urban network, and the spatial interactions among themselves were problematized by the analysis of commuting. Therefore, in addition to the survey of bus itineraries that meet the demand for the inter-municipal public transport service of Cambira, data on commuting to work and/or studies by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of 2000 and 2010 were also analyzed. The results indicate that the geographic situation restrained the demographic loss of Cambira, while increasing spatial interactions with the neighboring cities.

Keywords: Urban network; spatial interactions; small cities; commuting; Cambira/PR.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as interações espaciais que abrangem as pequenas cidades, tendo Cambira, localizada no norte do Estado do Paraná, como objeto de estudo. Duas perspectivas foram adotadas para orientar a definição dos objetivos específicos: entender como são conceituadas as pequenas cidades no âmbito da ciência geográfica e compreender como se dão as interações espaciais que estruturam a relação entre uma pequena cidade e a(s) cidade(s) de maior hierarquia na rede regional de cidades. Trata-se de um tema relevante, uma vez que as implicações da reestruturação urbana sobre as pequenas cidades vêm ocorrendo em ritmo acelerado (SPOSITO, 2010; CORRÊA, 2011).

Do ponto de vista empírico, as análises foram pautadas em informações de deslocamento derivadas do transporte público intermunicipal, mais especificamente, analisou-se a frequência e o itinerário das linhas de transporte disponíveis. Também embasam a pesquisa informações sobre o deslocamento para trabalho e/ou estudo, provenientes dos censos demográficos de 2000 e de 2010.

A primeira parte do texto é composta pela apresentação da realidade de Cambira buscando relacioná-la a alguns aspectos teóricos: conceituação e definição de pequenas cidades, interações espaciais em nível regional e formação da região norte do Paraná, incluindo aí as mudanças que ocorreram com o passar dos anos em consonância com a emancipação do município. Na última parte analisa-se a dinâmica dos deslocamentos realizados pela população de Cambira a outras cidades da região, estabelecendo-se um comparativo, particularmente, entre os dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010.

2. CAMBIRA, UMA PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ: TRANSFORMAÇÕES E INSERÇÃO NA REDE URBANA

Cambira, de acordo com a última estimativa populacional, realizada em 2021, tem 7.967 habitantes. A localidade tem sua sede urbana ao lado de um dos principais eixos de articulação viária da região, a BR 376 (Figura 1). Pode-se afirmar seguramente que é um município demograficamente pequeno. Quanto a poder ser considerada ou não como cidade, o debate é um pouco mais complexo.

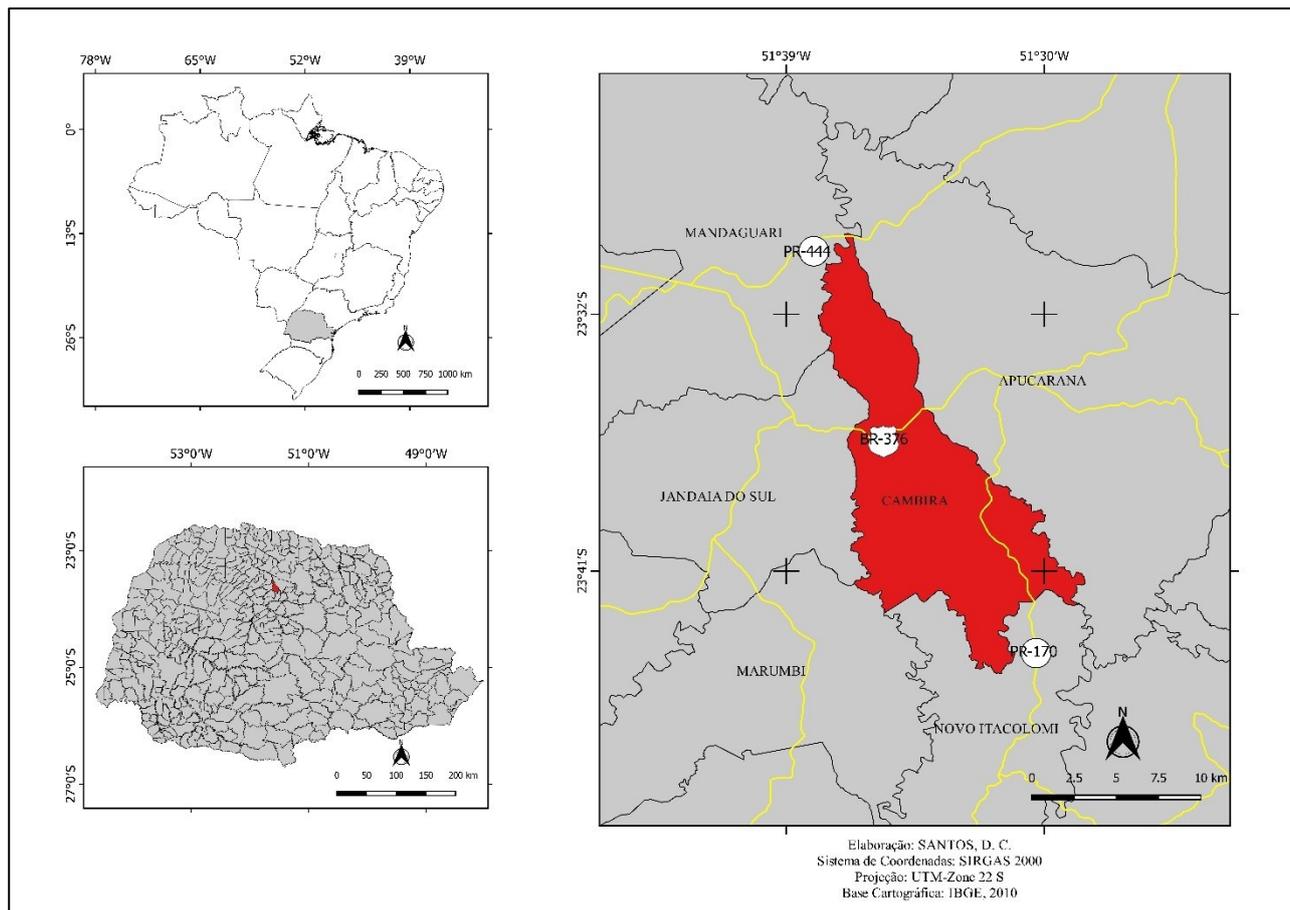


Figura 1 – Localização do município de Cambira/PR.
Base cartográfica: IBGE (2022b); elaborado pelos autores.

Buscando-se os critérios utilizados para definição das pequenas cidades, o número de habitantes – embora sabidamente insuficiente e muito variável – é recorrentemente assinalado, como se verifica em vários estudos como Azevedo (1970), Ruckert (1981), Alba (1984), Jordan e Simioni (1998) e Vallega (1995), mencionados por Figueiredo (2008).

Há uma convergência teórica no sentido de se considerar não apenas períodos históricos distintos, como também a realidades regionais diferentes. Neste sentido, Figueiredo (2008) explica a possível variação no tempo e no espaço na classificação das cidades e a necessidade de se considerar o contexto em que se inserem. Desmarais (1984) fala em áreas de comparabilidade, alertando para a dificuldade de se considerar critérios únicos para grandes escalas. Ressalta-se que a cidade, em seu limiar básico, deve atender as necessidades mínimas e inadiáveis de sua população, e que isso se modifica com uma série de fatores: a densidade, os fluxos e a renda, para sinalizar alguns dos fundamentais. Corrêa (2011) lembra que isso pode ser parcialmente explicado pelas

diferenças de colonização, devido à região da qual uma pequena cidade faz parte e pelas dinâmicas e fatores locais.

Neste sentido, Cambira teve o papel de localidade central, ainda que em um patamar básico, no contexto da rede urbana que se configurou no Norte do Paraná. Apesar das mudanças, dados quanto ao número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços revelam que o núcleo urbano mantém uma dinâmica e um patamar mínimo de centralidade, portanto, pode ser considerada como uma pequena cidade (IPARDES, 2022; ENDLICH, 2017).

Com relação ao período de surgimento das pequenas cidades, Corrêa (2011, p. 11) evidencia a diferença na dinâmica existente nessas localidades até 1950/1960, onde, “no contexto da limitada industrialização, urbanização e articulação interna, as pequenas cidades desempenhavam papel mais significativo na vida econômica, social e política”. O período assinalado pelo autor é pertinente para se analisar as cidades do setentrião paranaense, incluindo o caso de Cambira, como é possível apreender na sequência desta abordagem.

A natureza das transformações vinculadas à pauta de produção, substituição de cultivos e todo o seu desdobramento, mostra a expressividade de outro aspecto valorizado na análise das pequenas cidades, nomeadamente o vínculo mais próximo que elas possuem com o campo e suas atividades, mesmo que desenvolvidas em ambiente urbano, ligadas direta ou indiretamente à agropecuária (CORRÊA, 2011, p. 6).

Muitas vezes esses pequenos núcleos urbanos limitam-se, quando não como apoio às atividades ligadas ao setor agropecuário, às funções políticas e administrativas de um dado território, em geral concentrando limitada gama de atividades ligadas ao comércio, à prestação de serviços e aos serviços públicos básicos prestados à população. Santos (1981), quando trata das funções desempenhadas pelas localidades menores da rede urbana, caracteriza-as como cidades locais, que são capazes de disponibilizar funções em uma escala mínima (trabalho, comércio, serviços, entre outros) para a sobrevivência da população. Assim como Santos (1981), Corrêa (2011) também esclarece que o estudo das pequenas cidades requer uma análise das características que se expressam no âmbito da rede urbana, averiguando-se centralidade, interações espaciais e relações hierárquicas.

Nesse sentido, os estudos denominados Regiões de Influência das Cidades (Regic) (IBGE, 2008; 2020) são fundamentais, e por isso embasam esta pesquisa. O Regic caracteriza os centros urbanos de acordo com os papéis que cada um desempenha na

rede urbana, classificando-os hierarquicamente segundo os níveis de centralidade exercidos pelas atividades (de comércio e serviços) que comportam. Os centros locais foram caracterizados com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes em 2007 e 20 mil em 2018, exercendo centralidade e atuação limitadas ao perímetro municipal, servindo apenas aos seus habitantes (IBGE, 2008; 2020). Do ponto de vista empírico, retomar-se-á esta discussão no item 3 deste artigo.

Enfim, na busca de uma definição para o termo pequena cidade, talvez a maior contribuição seja a linha de raciocínio que leva em consideração as áreas de comparabilidade e complexidade mínima de pequenos centros com características semelhantes, mesmo tendo-se em mente que as dinâmicas desses centros possam ser influenciadas por singularidades. Neste contexto, a pequena cidade seria identificada a partir do seu nível de centralidade, consubstanciado tanto em um limiar quanto em um limite espacial sobre o qual se projetam suas funções urbanas. Entretanto, a busca pelo significado de pequena cidade é algo constantemente pensado e repensado. Além de variável no espaço – por isso é valioso pensar em áreas de comparabilidade –, também é variável no tempo, sendo necessário considerar, portanto, as transformações ocorridas.

Embora muitas vezes se diga que “cidade pequena é tudo igual”, na realidade elas tem particularidades (localização, base econômica, características da população, entre outras), que inclusive apresentam relevância e pesos diferentes ao longo da história. Este é o caso de Cambira.

É preciso lembrar também que a lógica econômica capitalista, que potencializa uma espacialização concentradora da população e das atividades econômicas, cria inúmeras dificuldades para as cidades menores. Com as transformações das últimas décadas, os papéis das pequenas cidades foram sendo modificados, e muitas de fato perderam ou tendem à perda de centralidade e ao esvaziamento demográfico.

De tal modo, mesmo quando se pretende enfocar apenas uma pequena cidade, para compreensão da dinâmica das mesmas é fundamental considerar contextos mais amplos, conforme assinalado anteriormente, assim como levar em consideração a dinâmica urbana na qual essa cidade está inserida, analisando-se as funções que desempenha no âmbito da rede regional e, sobretudo, investigando-se as interações com cidades de maior nível hierárquico. Segundo Corrêa (1989), entre as inúmeras questões abordadas pelos geógrafos a respeito da rede urbana, pode-se destacar, dentre as mais importantes:

[...] diferenciação das cidades em termos de suas funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região. Estas vias não são necessariamente excludentes entre si, interpenetrando-se mutuamente de diferentes modos (CORRÊA, 1989, p. 10).

O autor deixa claro que produção, circulação e consumo substanciam a dinâmica da rede, fomentando conexões em várias escalas geográficas. Mesmo que não haja fluxos materiais, localidades de regiões distantes podem ser articuladas por fluxos imateriais, promovendo-se interações espaciais em nível mundial. No âmbito da rede urbana, os vínculos prescindem da continuidade territorial. As melhorias trazidas pelo desenvolvimento dos transportes e da comunicação tornam os lugares virtualmente mais próximos, por outro lado, acentuam a divisão do trabalho e reduzem os papéis das cidades menores quanto ao suprimento de bens e de serviços, tanto públicos quanto privados.

Segundo Corrêa (1989), o capitalismo é o principal elemento de definição da hierarquização das cidades, implicando na estruturação da rede urbana. A existência de mercados consumidores, ampliados pela industrialização e conseqüente expansão da oferta de produtos e da prestação de serviços é desigual e concentradora do ponto de vista da distribuição espacial, privilegiando certos pontos ou áreas do globo ou do território.

Cambira parece ser um caso ilustrativo das mudanças que acometeram as pequenas cidades no decorrer da reorganização do espaço promovida pela aceleração do processo de urbanização brasileiro. Sua emancipação ocorreu justamente na década de 1960, período marcado por forte reestruturação da economia nacional em função da intensificação da mecanização da agricultura e do processo de industrialização. Contudo, em relação ao processo de ocupação que culminou com a gênese e a emancipação do município, necessita-se compreender o processo de formação da região norte do Paraná, assim como o surgimento da rede urbana regional.

Segundo Fresca (2004), a rede urbana do norte do Paraná se configurou a partir da produção cafeeira. Todavia, conforme a autora, até os anos de 1960, seria mais correto se falar em processos relativamente rápidos que gestaram essa rede, pautados em quatro fases, iniciando-se a partir da criação dos primeiros núcleos urbanos: 1) de 1850 e 1899, abrangendo o extremo leste da região norte paranaense, na forma de uma continuação do processo que já ocorria no estado de São Paulo, quanto instalaram-se na região as primeiras lavouras de café e de agricultura de subsistência, implantadas principalmente

por mineiros e paulistas; 2) de 1900 e 1929, quando existiram grandes fazendas cafeicultoras baseadas no sistema do colonato; Londrina, que foi o marco principal das primeiras iniciativas de loteamentos estruturados a partir da concessão de terras, teve sua gênese nesse período; 3) de 1930 a 1945, quando ocorreu a instalação de pequenos núcleos urbanos, criados principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), tais como Maringá e Cambira; 4) a partir de 1945, prolongando-se até meados dos anos de 1960, baseada na atuação de várias companhias loteadoras (que se proliferaram nesse período). Neste momento, a CTNP alterou sua denominação para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Nessa época surgiram cidades como Paranavaí, Cianorte e Umuarama.

Segundo o IBGE (2017, sem paginação):

As primeiras incursões de que se tem conhecimento, havidas em caráter definitivo na região, onde hoje se localiza o município de Cambira, ocorreram nos idos de 1942, com loteamento para a colonização levada pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Picadões foram abertos através das florestas virgens, e feitas demarcações dos lotes que vinham desde Apucarana (IBGE Cidades, 2017, sem paginação).

As ações implementadas pela CTNP foram cruciais para a formação e para a emancipação de Cambira. O Distrito de São José do Cambira rapidamente recebeu muitos moradores, assim como outras localidades da região, cujo fato por de ser explicado pela facilidade de aquisição das terras, loteadas em pequenos estabelecimentos agropecuários. A emancipação de Cambira ocorreu no ano de 1961.

Desde o final do século XIX e durante boa parte do século XX, mais especificamente de 1850 até o final da década de 1960, quase toda a região norte do Paraná teve como base econômica a produção cafeeira (FRESCA, 2004). Durante esse período, a agricultura propiciou o surgimento de inúmeros núcleos urbanos que viriam a crescer bastante tanto do ponto de vista econômico quanto demográfico.

Diversos estudos ressaltam que a região detinha uma concentração populacional relativamente alta, principalmente na área rural, fazendo com que as pequenas localidades funcionassem como localidades centrais, fundamentais para o cotidiano da economia e da sociedade. Isso também era uma característica da cidade de Cambira. A relevância que a produção cafeeira tinha no Paraná era intensa. Entretanto, a expectativa de desenvolvimento que permeava não só Cambira, mas toda a região norte paranaense, aos poucos vinha se dissolvendo. Segundo Endlich (2006), com a grande quantidade de

café estocado e diante da concorrência de outros países, a produção de café brasileira vinha sofrendo com uma crise que mais cedo ou mais tarde viria a ocasionar uma grande mudança no cenário agrícola. Talvez demorasse um pouco mais para que esse fato ocorresse quando, em 1975, a grande Geada Negra afetou grande parte das lavouras de café do norte do estado do Paraná, culminando num evento que marcou o início de um processo de reestruturação econômica da região.

Importante destacar, porém, segundo Endlich (2011), que a crise da cafeicultura paranaense deve ser vista como uma crise do arranjo produtivo assentado sobre essa cultura, baseado em pequenas propriedades e em desacordo com a tendência geral da agricultura brasileira. A concentração fundiária e a modernização da agricultura tiveram destaque nos impactos sociais e econômicos sofridos pelas pequenas cidades do norte paranaense, entre elas Cambira. Serra (1991), por sua vez, menciona que no período pós-1970 a região passou por uma intensa mudança na paisagem agrícola, sobretudo devido à implantação de culturas temporárias, destacando-se a soja, o milho e o trigo, em substituição ao café. A implementação de técnicas mais modernas de cultivo dispensou grande parte da mão de obra que outrora trabalhava nas lavouras de café.

Intensos processos de êxodo rural e regional ocorreram nesse período, com significativa parcela da população mudando-se para grandes centros, tais como São Paulo e Curitiba, ao passo que a população que permaneceu na região dirigiu-se aos centros urbanos regionais de maior expressão, com destaque para Londrina e Maringá, onde a indústria e a construção civil – ambos em crescimento –, mostravam-se como únicas alternativas de emprego aos recém-chegados do campo, sem estudo ou sem qualquer outro tipo de formação (IPARDES, 2004).

A perda de centralidade das pequenas cidades regionais deveu-se ao fato de que as mudanças afetaram sobretudo a pequena produção, uma vez que não conseguiu fazer frente às tendências aos aumentos de escala em termos de geração de riqueza e de renda, dependentes das economias de aglomeração. Neste contexto, a região tornou-se menos absorvedora de trabalhadores e de pequenos produtores, remodelando totalmente o cenário regional, com destaque para o intenso êxodo sobretudo do campo, mas que teve amplitude maior nesse caso, constituindo em um êxodo regional. Isso quer dizer que a região como um todo teve perda de população, ainda que alguns municípios polarizados por centros regionais tenham crescido, o balanço regional foi de declínio. As mudanças foram notáveis a partir da década de 1970, pois, com o êxodo, a centralidade de pequenos núcleos urbanos foi alterada.

Esse fato é revelador das implicações sociais ocorridas, do desaparecimento das oportunidades até então existentes, sobretudo nos pequenos centros urbanos e no campo. As novas definições impostas à economia foram excludentes, fazendo com que grande parte da população fosse profundamente afetada pelas mudanças. Conforme Endlich (2006, p. 24):

Há um processo de redefinição da rede urbana regional. Este processo mostra que uma forma espacial produzida num dado momento econômico pode não ser adequada quando novos arranjos econômicos são compostos. Para significativa parte da sociedade, esse processo inviabiliza a possibilidade de prosseguir vivendo no mesmo local, ou seja, fica sem “um lugar para permanecer”, ante as dificuldades de reprodução da vida nestes locais. A condição social dos trabalhadores não os aliena apenas do produto do seu trabalho, mas também da espacialidade produzida juntamente com a produção de riquezas. As pequenas cidades da região tornaram-se, especialmente após a cafeicultura, espaços instáveis de vida para a sociedade local.

Esse processo levou a outras implicações, como novos aspectos demográficos que passaram a caracterizar pequenas cidades/localidades de um modo geral: população envelhecida, economia local altamente dependente das aposentadorias (CHIES, 2007), preponderância do poder público (prefeitura) na geração de empregos diretos e indiretos e retenção de poucas pessoas com alto poder aquisitivo (geralmente ligadas à política).

O município de Cambira compartilha dessa realidade particular à pequenas cidades regionais, como se poderá observar nos dados apresentados no início do próximo item. Eles revelam que o município foi muito afetado com as transformações assinaladas nas três primeiras décadas após a crise cafeeira ter desencadeado as mudanças na região. Contudo, desde 2000 os dados revelam significativa transformação na tendência de declínio, embora a análise dos deslocamentos pendulares seja significativa para compreensão da realidade de parte da sua população.

As interações na escala da rede urbana têm se tornado cada vez mais complexas e intensas (CORRÊA, 2006). Quando se analisa a pequena cidade pela inserção na rede urbana, os movimentos pendulares realizados pela população logo são postos em evidência. Os propósitos para que os movimentos pendulares entre cidades ocorram podem ser variados, mas motivados especialmente por trabalho ou estudo e pela circulação de consumidores ou comerciantes em busca de estoque para suas lojas, assim como em busca de recreação e lazer (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010).

Com frequência, esses fluxos são realizados diariamente, principalmente por no caso de trabalho e estudo ou, regularmente, em se tratando da busca por serviços, compras e lazer. Na maior parte das vezes os moradores das pequenas cidades estão

mais sujeitos a se deslocarem pendularmente devido à limitada oferta de bens e serviços, especialmente quanto aos serviços especializados dos ramos bancário, educacional e médico-hospitalares, além das atividades recreativas e de lazer.

Para se estudar um processo tão dinâmico e abrangente quanto os movimentos pendulares, é preciso ter em mente vários aspectos: em que contexto esse processo se passa, quais são os motivos que levam as pessoas a se deslocarem do município onde residem em direção a outros e quais são as consequências que esse fato pode ocasionar.

1. ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS PENDULARES DE CAMBIRA

Do ponto de vista da evolução demográfica das pequenas cidades localizadas no norte do estado do Paraná, Cambira é paradigmática. A Tabela 1 apresenta a evolução da população censitária no município a partir de 1970 até o último censo realizado, em 2010, acrescida de informações sobre as duas últimas estimativas populacionais.

Tabela 1: Informações demográficas de Cambira/PR. 1970-2021.

Ano	População			Urbanização (%)	Taxa geométrica de crescimento anual no período anterior		
	Total	Urbana	Rural		População total	População urbana	População rural
1970	20.296	2.263	17.973	-	-	-	-
1980	12.026	2.915	9.111	24,24	-5,10	2,56	-6,57
1991	9.793	3.868	5.925	39,50	-1,85	2,61	-3,84
2000	6.688	4.194	2.494	62,71	-4,19	0,91	-9,25
2010	7.236	5.475	1.761	75,66	0,79	2,70	-3,42
2020*	7.917	-	-	-	0,91	-	-
2021*	7.967	-	-	-	0,58	-	-

Fonte de informações: IBGE (2017; 2020; 2021); elaborado pelos autores.

Nota: *estimativas populacionais.

Como se pode observar, há diminuição da população total entre os anos de 1970 e 2000. Com relação ao intervalo compreendido entre 1991 e 2000, especificamente em 1993, a perda de população é parcialmente atribuída ao desmembramento do distrito de Itacolomy (constituído oficialmente como município pela Lei Estadual nº 9387, de 28-09-1990, passando a se chamar Novo Itacolomi). A dinâmica demográfica de Cambira é consonante com as trajetórias verificadas nos níveis estadual e nacional: a população rural diminui e a população domiciliada em áreas consideradas urbanas aumenta, mas essas mudanças não ocorrem no mesmo ritmo, indicando que não se trata de uma

simples transferência da população do campo para a cidade em Cambira: concomitantemente à retenção e atratividade populacional exercidas pelas áreas urbanas há, de fato, evasão municipal da população rural. Com 75,66% da população de Cambira domiciliada em áreas urbanas, o índice é inferior às médias registradas em níveis estadual e nacional (85,3 % e 84,36, respectivamente), mas ainda assim pode ser considerado alto para um município de menos de 10 mil habitantes.

Para se tentar compreender um pouco melhor essa dinâmica demográfica, realiza-se uma análise do contexto regional, investigando-se a dinâmica das interações e vínculos, sejam de trabalho, de consumo ou de lazer, estabelecidos pela população com os municípios do entorno, sob duas perspectivas: a primeira referente ao transporte público intermunicipal à disposição da população de Cambira; e a segunda seria uma análise dos dados de deslocamento provenientes dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE em 2000 e em 2010.

Com relação ao transporte público intermunicipal, a disponibilidade e a frequência das linhas ofertadas à população foram utilizadas para basear as hipóteses para os motivos dos deslocamentos. Quanto aos dados do censo, que já comportam a razão do deslocamento, a consistência possibilitou a realização de uma análise da dinâmica urbano-regional no tempo, numa perspectiva comparativa portanto.

A situação geográfica de Cambira consiste num elemento importante para compreensão de sua inserção na rede urbana regional. Está localizada no entroncamento rodoviário de uma das principais regiões do Paraná, entre Londrina e Maringá – segundo e terceiro municípios mais populosos do estado –, e próxima de Apucarana, que cumpre um importante papel regional (IBGE, 2008; 2020), justamente às margens da rodovia BR-376, o que representa um facilitador à mobilidade para essas cidades de maior importância na hierarquia regional, com Apucarana distando 15 quilômetros, Maringá 48 e Londrina 74. Cambira faz parte da rota do transporte público intermunicipal da linha Apucarana-Mandaguari, passando por Jandaia do Sul (8km) no trajeto direcionado à Mandaguari (17km). A partir dessa rota, é possível utilizar o transporte público e se dirigir a Maringá (a partir de Mandaguari) ou a Londrina (a partir de Apucarana).

As empresas de ônibus metropolitanos (intermunicipais) responsáveis pelo transporte de passageiros na linha Apucarana-Mandaguari são a Viação Garcia e a Expresso Nordeste. São 20 viagens da linha Apucarana-Mandaguari, com início às 4h30 e com último ônibus saindo às 20h35, e 20 viagens da linha Mandaguari-Apucarana, com a primeira saindo de Mandaguari às 5h45 e último às 22h05 (Gráfico 1).

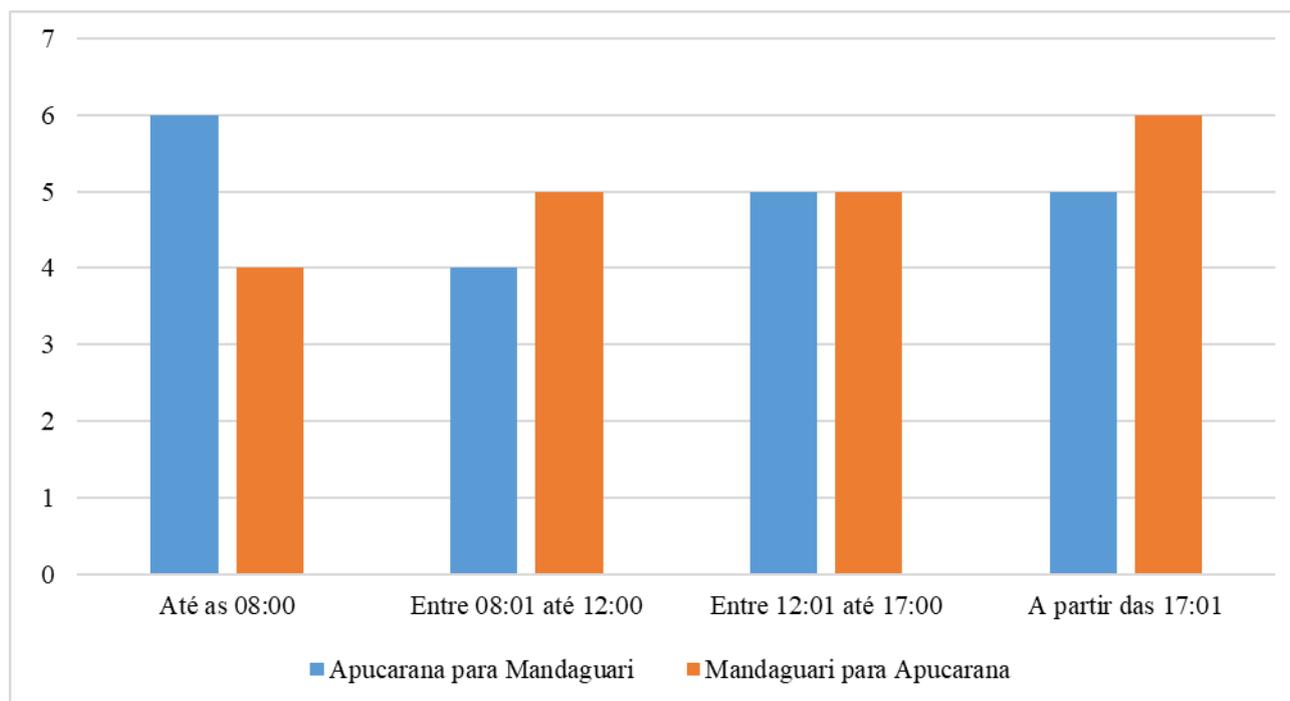


Gráfico 1 – Fluxo de passageiros que utilizam o transporte coletivo de acordo com a origem e destino dos fluxos e horários de saída do município de origem. Out. de 2017

Fonte de informações: Viação Garcia (2017); Expresso Nordeste (2017); organizado pelos autores

Agrupando-se os horários de saídas da origem, é possível constatar que a frequência dos veículos em circulação indica similaridade entre a quantidade de veículos que circula ao longo do dia, portanto, não havendo concentração significativa no início da manhã ou no final da tarde, supostamente os horários de ida e volta dos trabalhadores de seus locais de trabalho. Levando-se tais informações em consideração, é possível supor que a quantidade de pessoas que utiliza o transporte público para realizar atividades não relacionadas a um trabalho em tempo integral no horário comercial corresponda à população que utiliza o transporte para fazer viagens para compras ou em busca de serviços, por exemplo¹. De fato, um levantamento realizado por Fernandes e Endlich (2009), justamente com usuários do transporte coletivo intermunicipal de Cambira, mostra que além de demandas por trabalho e educação, os moradores também sentem carência em relação à prestação de serviços de saúde, além de lazer. Cabe ressaltar que moradia, infraestrutura e segurança também aparecem na lista das carências. No geral, tratam-se de pautas comuns para as pequenas cidades. O que não consta nas respostas é a

¹ No período de referência (dez. de 2017), o valor da passagem entre Apucarana e Mandaguari, era de R\$ 4,10. A despesa diária em transporte pendular para um trabalhador era de R\$ 8,20, portanto. Considerando um mês de 30 dias com 22 dias úteis (desconsiderando os finais de semana), o valor gasto em passagens seria de R\$ 180,40, ou seja, aproximadamente 20% do valor de um salário mínimo (R\$ 937,00).

sugestão de carência de oferta de bens no comércio varejista local, cuja confirmação é atestada no Regic de 2018 (IBGE, 2020).

O Regic 2018 contou com um levantamento das ofertas e demandas por bens e serviços de acordo com os arranjos populacionais (IBGE, 2016), que são “[...] agrupamento[s] de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (não paginado). Cambira integra o Arranjo Populacional de Jandaia do Sul, e por essa razão consta no estudo, embora não sejam apresentadas informações exclusivas à Cambira. No Regic 2018 foram investigadas as ligações entre arranjos ou municípios decorrentes das demandas por comércio e serviços, como dito, mas também por serviços de atividades agropecuárias, cultura e esporte, ensino superior, saúde e transporte. Em Cambira, o arranjo populacional de Maringá e os municípios de Apucarana, Arapongas e Mandaguari foram os destinos mais citados pelos entrevistados (IBGE, 2020).

Especificamente a respeito do trabalho e estudo, as informações censitárias dos anos de 2000 e de 2010 são eloquentes, sobretudo porque permitem que se avalie a dinâmica temporal dos deslocamentos. Ainda que as informações obtidas para os dois momentos sejam provenientes de coletas que utilizam diferentes metodologias e também diferentes formas de divulgação dos resultados (IBGE, 2000c; 2010b), elas são comparáveis².

Das 6.688 pessoas que residiam em Cambira no ano 2000, 68,03% trabalhava e/ou estudava no próprio município. Esse percentual corresponde ao total da população, e não ao total de pessoas que trabalhava e/ou estudava. A quantidade de pessoas que trabalhava e/ou estudava em outros municípios ou unidades da federação representava 4,71% do total de habitantes e 6,47% do total de habitantes que trabalhavam e/ou estudavam (Tabela 2).

No Censo Demográfico de 2010, os dados de deslocamento para trabalho e estudo foram coletados e divulgados separadamente, diferentemente do que ocorreu no Censo Demográfico de 2000, quando os deslocamentos para trabalho e estudo foram divulgados juntos (como um único dado). Tendo isso em vista de modo a se realizar uma compatibilização das metodologias, é possível constatar acréscimo significativo do

² Esperava-se que os dados do Censo Demográfico de 2020 pudessem ser utilizados para atualizar as informações sobre os deslocamentos, mas a coleta do Censo atrasou, iniciando-se em apenas em agosto de 2022.

percentual de residentes que se deslocam para outras localidades para trabalhar e/ou estudar. Dos 7.236 residentes em 2010, 62,18% trabalhava e/ou estudava em Cambira e 15,53% trabalhava e/ou estudava em outro município, unidade da federação ou país. Levando-se em consideração apenas a população que trabalhava e/ou estudava, o percentual de deslocamentos para outras localidades se amplia para 19,59%.

Tabela 2 – Deslocamento para trabalho e/ou estudo no município de Cambira. 2000 e 2010.

Motivo e destino do deslocamento	Ano Censo Demográfico		Taxa geométrica de crescimento anual
	2000	2010	
Trabalhavam e/ou estudavam em outro município da Unidade da Federação	295	-	-
Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	20	-	-
Pessoas que frequentavam escola, faculdade ou universidade em outro município	-	381	-
Moradores de Cambira que trabalhavam em outro município	-	706	-
Moradores de Cambira que frequentavam escola, faculdade ou universidade e trabalhavam em outro município	-	37	-
Total	315	1.124	13,56

Fonte de informações: Censo Demográfico do IBGE (2000a; 2010a); organizado pelos autores.

De 2000 e de 2010 a população total de Cambira cresceu a uma taxa geométrica de 0,79% ao ano, enquanto os deslocamentos para trabalho e/ou estudo se ampliaram a uma taxa de 13,56% ao ano. Mesmo o incremento da população urbana, de 2,70% ao ano, é pouco significativo frente à ampliação dos deslocamentos.

De fato, trabalho e estudo consistem em atividades que, geralmente, embora não necessariamente, estão vinculadas à frequência diária de deslocamentos, contudo, devido às metodologias adotadas para realização dos censos, há lacunas para interpretá-los como movimento pendular diário. Primeiramente, em 2000, não se perguntava se a pessoa que trabalhava em outro município retornava para casa diariamente. Além disso, em ambos os censos, considera-se como morador ou residente no município a pessoa que tem o domicílio em questão como local habitual de moradia, não excedendo ausência superior a 12 meses, contados até a data da coleta das informações, seja por motivos de viagens, ou por detenção sem sentença definitiva declarada, por internação temporária em hospital ou estabelecimento similar, por embarque a serviço (militares, petroleiros, etc.) ou – ressalta-se – por internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à

escola durante o ano letivo (IBGE, 2000c; 2010b). Especialmente o último item pode levar à confusão, porque a probabilidade de não haver deslocamento diário é grande. Para se tentar dirimir essas limitações se adotou parcialmente a metodologia de análise apresentada em Reolon e Miyazaki (2015; 2019), definindo-se um raio de 75 quilômetros desde a sede do município de origem (objeto de estudo), dentro do qual há maior propensão de que os deslocamentos estejam ocorrendo pendularmente e com frequência diária.

Utilizou-se, assim, as informações do Censo Demográfico de 2010 para mapear os deslocamentos de origem e de destino exercidos dentro do raio de 75 quilômetros medidos a partir ou até a da sede de Cambira. A Figura 2 ilustra os deslocamentos realizados a partir de Cambira por motivo de trabalho.

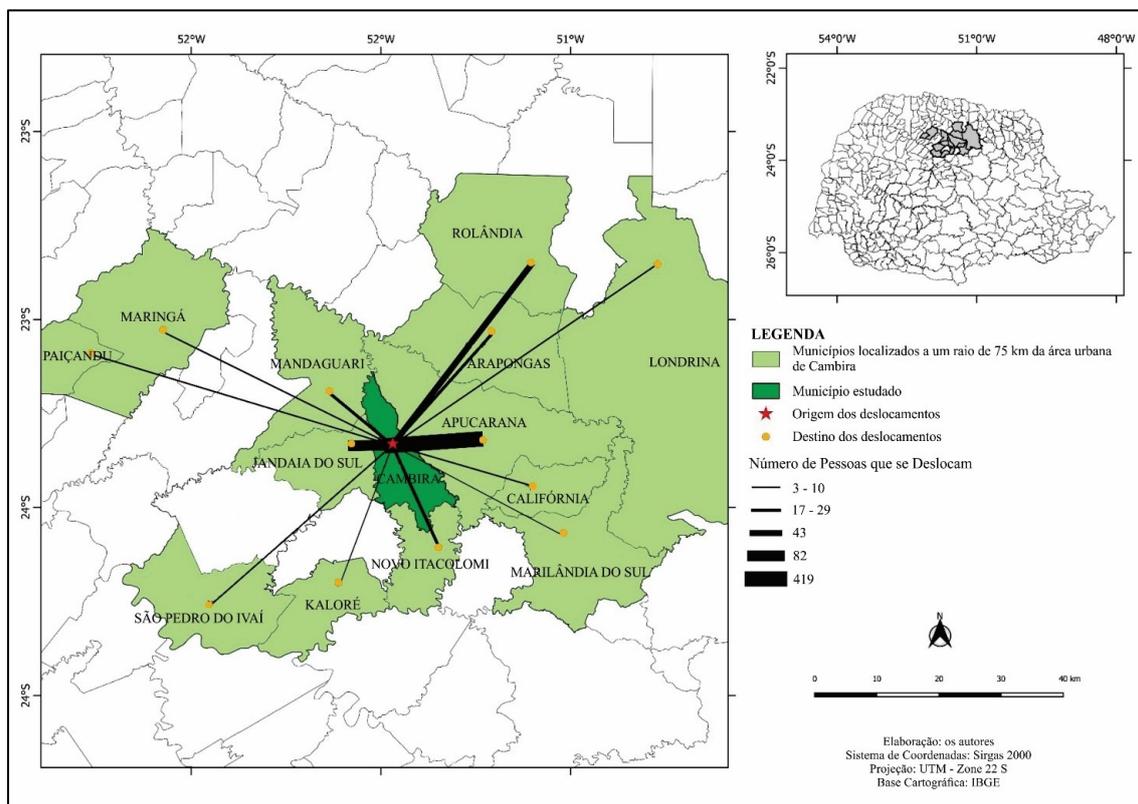


Figura 2 – Deslocamentos intermunicipais regionais para trabalho com origem em Cambira. 2010
Fonte de informações: IBGE (2010a); **base cartográfica:** IBGE (2022b); elaborado pelos autores

Os principais destinos de trabalho dos cambirenses são os municípios de Apucarana e de Jandaia do Sul, respectivamente. Também são esses os municípios que recebem o maior fluxo de estudantes com origem em Cambira (Figura 3).

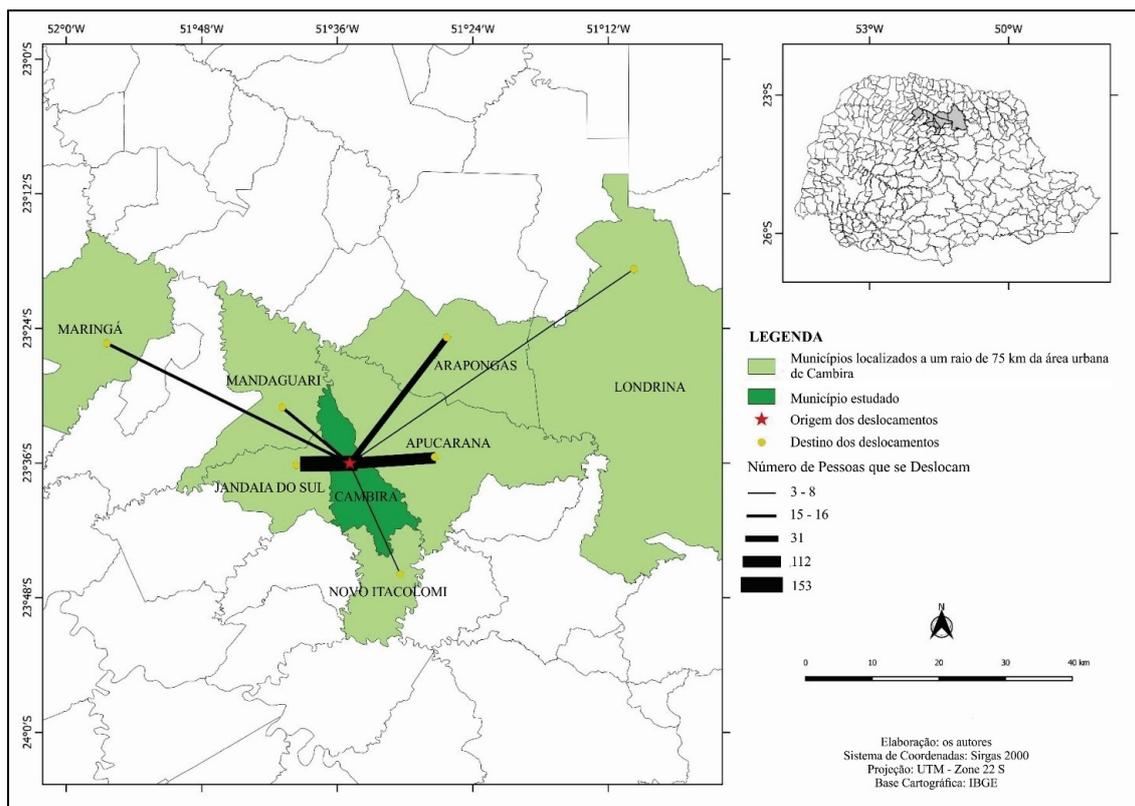


Figura 3 – Deslocamentos intermunicipais regionais para estudo com origem em Cambira. 2010
Fonte de informações: IBGE (2010a); **base cartográfica:** IBGE (2022b); elaborado pelos autores

É mais provável que os fluxos estejam sendo motivados pelo ensino superior, mas nem todos, como se verá. Levando-se em consideração os municípios da região de Cambira para os quais foram registrados deslocamentos por motivo de estudo, elaborou-se a Tabela 3.

Tabela 3: Instituições de ensino superior dos municípios de destino dos deslocamentos para estudo realizados pelos habitantes de Cambira. 2010.

Municípios	Instituições de ensino superior	
	2000	2010
Apucarana	1	3
Arapongas	0	1
Jandaia do Sul	1	1
Londrina	3	10
Mandaguari	1	1
Maringá	6	9

Fonte das informações: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP (2017); organizado pelos autores

O município de Novo Itacolomi – um dos destinos de estudantes residentes em Cambira – não consta na tabela por não possuir instituição de ensino superior. É provável, assim, que os deslocamentos para estudo com destino a Novo Itacolomi estejam sendo realizados por alunos da educação básica que residem na área rural de Cambira, cujas

escolas provavelmente são mais distantes de suas residências do que aquelas localizadas em Novo Itacolomi. Retomando-se a análise da tabela 3, pode-se constatar crescimento regional do número de instituições de ensino superior de 2000 a 2010. A ampliação do número dessas instituições, não apenas em caráter regional, como no país como um todo, é algo apontado por Mancebo, Vale e Martins (2015) como um importante incremento das oportunidades de ingresso nas instituições locais de ensino superior públicas e, principalmente, nas privadas, devido à implementação do Programa Universidade para Todos (Prouni) e à existência a manutenção o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O aumento dessas instituições pode, portanto, resultar em fator de retenção à população local e, principalmente, regional.

Na Figura 4 são ilustrados os deslocamentos de 2010 com convergência para Cambira por motivo de trabalho. As informações evidenciam que, apesar de se tratar de uma pequena cidade, Cambira consiste no destino dos moradores de outros municípios da região.

Já que o município não conta com grandes estabelecimentos empresariais, uma hipótese plausível para a razão dessa convergência para Cambira seria o trabalho de profissionais que ocupam vagas que requerem nível superior de ensino, como professores, médicos, especialmente os empregados no setor público e que preferem residir em outros municípios.

Os deslocamentos com destino a Cambira por motivo de estudo são menos numerosos que aqueles fomentados pelo trabalho (Figura 5), mas ainda assim instigantes.

A melhor hipótese para a razão dos deslocamentos por motivo de estudo com convergência para Cambira seria a proximidade dos colégios de ensinos fundamental e médio do núcleo urbano deste município às residências rurais dos municípios vizinhos, consistindo, assim, na mesma provável razão para explicação dos deslocamentos que ocorrem de Cambira para Novo Itacolomi.

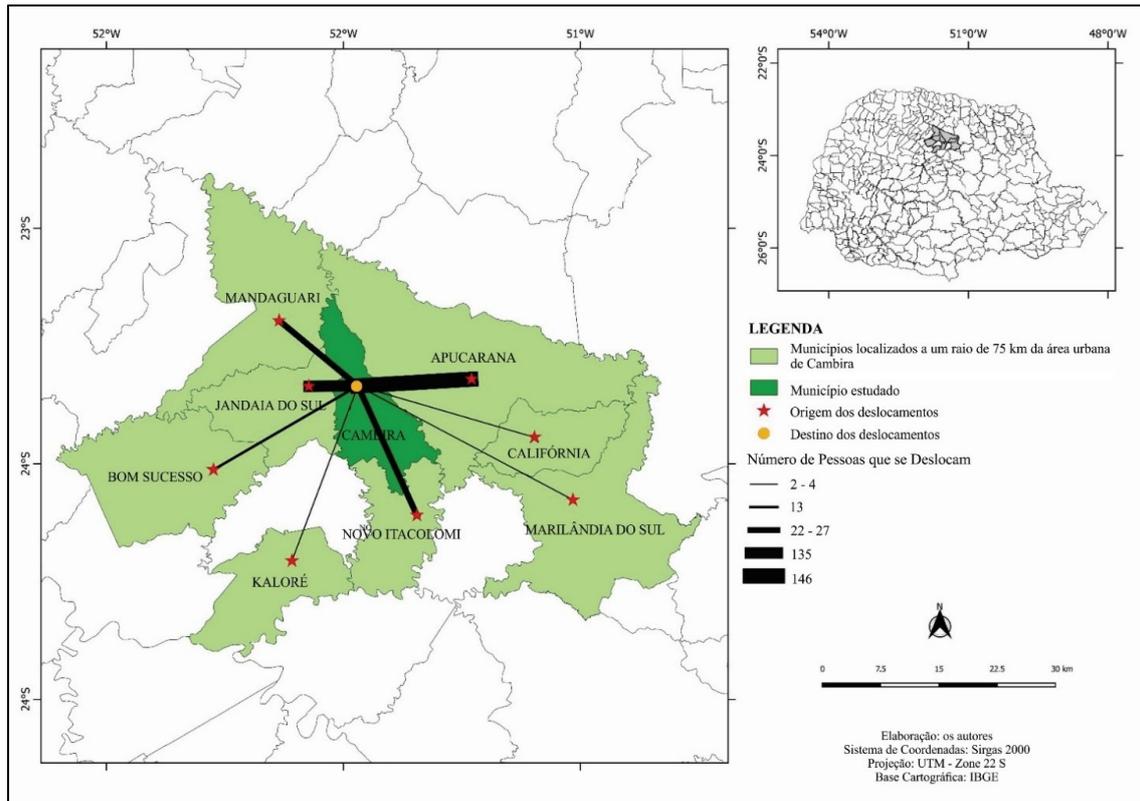


Figura 4 – Deslocamentos intermunicipais regionais para trabalho com destino à Cambira. 2010
Fonte de informações: IBGE (2010a); **base cartográfica:** IBGE (2022); elaborado pelos autores

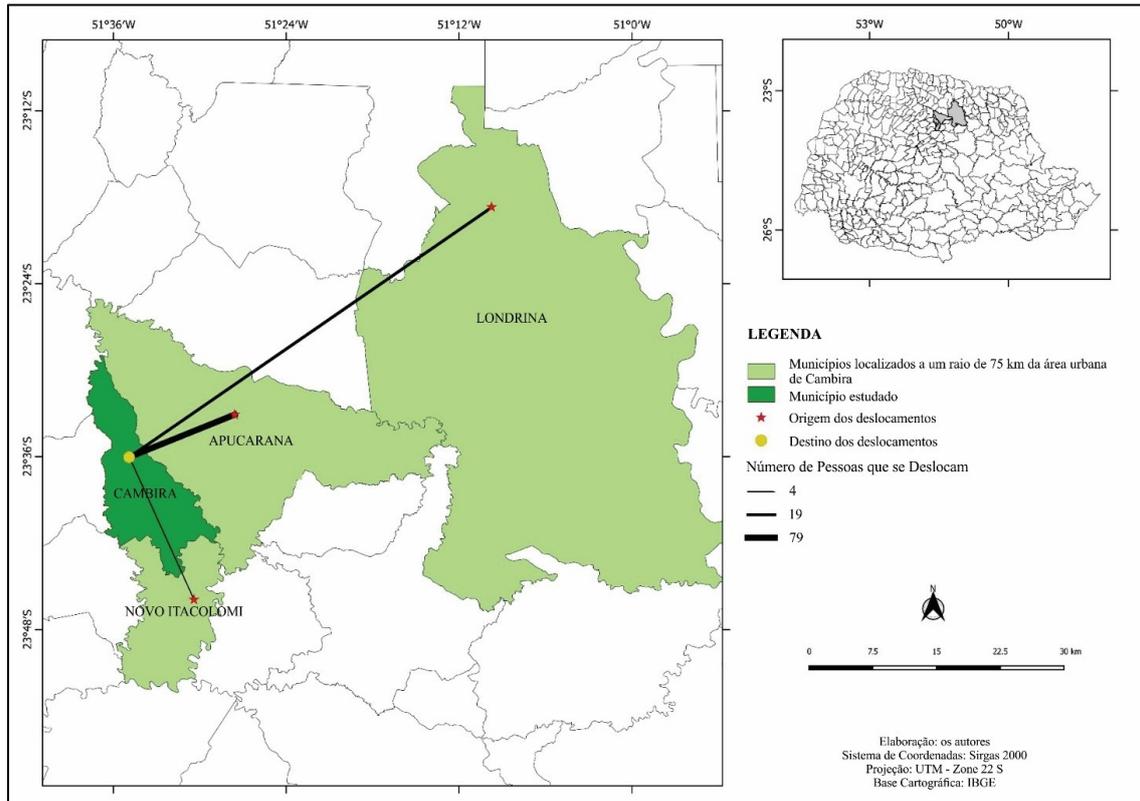


Figura 5 – Deslocamentos intermunicipais regionais para estudo com destino à Cambira. 2010
Fonte de informações: IBGE (2010a); **base cartográfica:** IBGE (2022b); elaborado pelos autores

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Particularmente, de um lado as análises reforçam a profunda relação estabelecida entre Cambira e as cidades e aglomerados que desempenham papéis de maior importância regional, como Jandaia do Sul, Apucarana, Araongas e até mesmo Maringá e Londrina. Provavelmente devido à proximidade a esses centros de maior nível hierárquico, mas principalmente a Apucarana e a Jandaia do Sul, Cambira vem apresentando, ao longo dos anos, um processo de reversão no declínio demográfico, uma vez que, aliada à disponibilidade tanto dos meios quanto da infraestrutura de transporte, tais cidades se tornam acessíveis aos moradores locais. De fato, os dados de deslocamento dos censos demográficos de 2000 e de 2010 denotam uma grande evolução no número de pessoas que se deslocam de Cambira para outros municípios (a maioria com frequência diária) para trabalhar ou estudar. Há casos de moradores de outros municípios que fazem o itinerário contrário, ou seja, deslocam-se de outros municípios da região para Cambira, especialmente para trabalhar, embora em pequena quantidade.

As análises, não apenas empírica, mas incluindo aí a revisão bibliográfica, mostram, portanto, que a dinâmica urbano-regional tem se alterado em razão de perturbações dos elementos responsáveis pela fixação ou atratividade populacional das pequenas cidades, e a diminuição da oferta de bens e serviços, inclusive a preços competitivos, pode ser uma delas. A esse respeito, dados do Cadastro Central de Empresas indicam que, em 2010, haviam 293 unidades locais de empresas instaladas em Cambira, com 1.621 pessoas ocupadas (IBGE, 2012; 2022a). Em 2020, o número de unidades locais caiu para 288, embora o pessoal ocupado tenha se ampliado para 1.911. O pessoal ocupado cresceu a taxas geométricas superiores ao da população total (1,67% a.a. *versus* 0,91% a.a., respectivamente), mas provavelmente em quantidade nominal insuficiente para absorver todo o crescimento populacional.

Não se pode descartar que aspectos recém mencionados, relacionados à melhoria da infraestrutura, especialmente rodoviária, aliada à modernização dos meios de transporte, estejam contribuindo para acelerar o esvaziamento do conteúdo econômico das mesmas. Ao contrário do que pode parecer, essa hipótese não está em discordância com seus crescimentos demográficos, notadamente da população domiciliada no meio urbano. Ressalta-se, desse modo, os novos papéis não centrais desempenhados por esses núcleos, à medida que têm se tornado relevantes espaços de moradia, ora pelas

amenidades ora pelos custos mais baixos de reprodução da vida. Por isso, como é o caso de Cambira, parecem continuar atrativos como locais de moradia para os habitantes da região.

Em realidade, portanto, tais constatações permitem sustentar que a situação geográfica das pequenas cidades, no que diz respeito às possibilidades de integração regional, estejam na base da reversão do declínio demográfico não só de Cambira, mas de grande parte das pequenas cidades da região e, possivelmente, de outras regiões do país. Sendo assim, ressalta-se que cabe ao poder público promover ações que zelem pela acessibilidade da população que demanda mobilidade para outros municípios para desempenhar atividades cotidianas, visando sempre a garantia da qualidade de vida.

Por fim, cabe registrar duas propostas futuras delineadas com base no desenvolvimento da pesquisa em questão: uma delas é o aprofundamento do estudo das associações ou consórcios intermunicipais considerado suas contribuições ao desenvolvimento das pequenas cidades quanto à ampliação do acesso a serviços e equipamentos públicos; outra é um estudo comparativo de pequenas cidades localizadas em uma mesma unidade geográfica ou região metropolitana, de modo a se verificar ações efetivas de desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ALBA, L. G. G. de. Las ciudades pequeñas y medianas dentro del sistema urbano nacional: el caso de México. **Revista Interamericana de Planificación**, v. 15, n. 71. p. 84-95, 1984.

AZEVEDO, A. **Brasil a terra e o homem: a vida humana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970. 490p.

BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara/MG**. 2008. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia e Gestão do Território) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP. **[Instituições de ensino superior: 2000; 2010]**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CATÃO, R. C.; REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Interações Espaciais: Uma Reflexão Temática, **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 231-239, 2010.

CHIES, C. **Ciclo econômico e transformação do espaço: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste - PR**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2007.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp: Espaço e Tempo** (online), São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2006. 332p.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista TERRITÓRIO**, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo, CLACSO, 2006.

DESMARAIS, R. Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 28, n. 75, p.355-364, 1984.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, 2007.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M.; ROCHA, M, M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. 147p.

ENDLICH, A.M. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. In: BOVO, M. C.; COSTA, F. R. **Estudos Urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão, Unespar, 2017, p.33-53.

EXPRESSO NORDESTE. **Rotas e horários**. Disponível em: <https://queropassagem.com.br>. Acesso em: 28 out. 2017.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FREITAG, B. **Cidade dos homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 165p.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2016. 167p.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cambira/pesquisa/19/29761?ano=2010>. Acesso em: 26 set. 2022.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cambira/pesquisa/19/29761?ano=2020>. Acesso em: 26 set. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: 2000a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9663-censo>. Acesso em: 18 set. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: migração e deslocamento – Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: 2000b.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: questionário da amostra**. Rio de Janeiro: 2000c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/censo/quest_amostra.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: questionário da amostra**. Rio de Janeiro: 2010b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IBGE. **Estimativas de população enviadas ao TCU para 01 de julho de 2021**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao>. Acesso em: 26 set 2022.

IBGE. **Estimativas de população enviadas ao TCU para 01 de julho de 2020**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao>. Acesso em: 26 set 2022.

IBGE. **Histórico do município de Cambira/PR**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410380&search=parana|cambira|infograficos:-historico>. Acesso em: 11 jul. 2017.

IBGE. **Portal de mapas do IBGE**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 18 jun. 2022b.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml>. Acesso em: 09 jun. 2017.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Demográfico: Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 13 ago. 2017.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Cambira**. Curitiba: Ipardes, 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio>. Acesso em: 28. set. 2022.

IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

JORDAN, M. I.; SIMIONI, D. **Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana.** Santiago do Chile: CEPAL, 1998. 460p.

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP.** 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação (online)**, v. 20 n. 60, p. 31-50, 2015.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas.** 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Cidades Médias: um Viés pelos Deslocamentos Pendulares. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 49-71, 2015.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Urbanização, dispersão das cidades e aglomeração urbana: um olhar sobre as cidades médias. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 55-72, 2019.

RUCKERT, A. A. As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 9, p. 25-30, 1981.

SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 203 p. 1981. 232p.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, A. B; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica.** Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 36.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

VALLEGA, A. **Geografia degli anni novanta.** Milano: le Monnier-Telespazio, 1995. 656p.

VIAÇÃO GARCIA. **[Rotas e horários]**. Disponível em: <http://www.viacaogarcia.com.br/metropolitano/rotas-e-horarios>. Acesso em: 28 out. 2017.

Recebido: 09.07.2022

Aceito: 04.10.2022